

UM NOVO CICLO DE EXPANSÃO?

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 01.04.1979

A economia brasileira atravessa um período de crise que se prolonga desde 1974. O padrão de acumulação iniciada no Brasil no início dos anos cinquenta enfrentou sua primeira crise a partir de 1962. O período recessivo durou cinco anos. A partir de 1967 iniciou-se novo ciclo de expansão que alcançou o auge em 1973. Os dois ciclos tiveram duração de um pouco mais de dez anos, sempre dentro do mesmo padrão de acumulação baseado nas indústrias de bens de consumo duráveis e de bens de capital. Os períodos de expansão foram de seis a sete anos e os de crise ou desaceleração de aproximadamente cinco anos. O atual período de desaceleração entra agora em seu quinto ano. A partir de uma perspectiva cíclica do processo de desenvolvimento, capitalista, este é um dos fatores que nos levam a acreditar que um novo processo de expansão está sendo gestado no bojo da economia. Os dados sobre índice de procura de trabalho –dores e o desempenho recente no setor industrial (crescimento de 8,1% em 1978) apartam na mesma direção. A não ser que a política anti-inflacionaria do Governo venha a ser muito reversa e muito mal conduzida, a economia brasileira deverá novamente entrar em franco processo de expansão.

O Brasil já alcançou um estagio de desenvolvimento capitalista em que o processo de acumulação de capital relativamente auto-sustentado.

O crescimento da produção total e da produção por habitante de um país dependem de dois fatores básicos: de sua taxa de acumulação de capital e de sua capacidade de incorporar progresso técnico. Ora, o Brasil já alcançou um nível de desenvolvimento capitalista em que estes dois fatores já não se constituem mais em obstáculos fundamentais ao crescimento da produção.

A taxa de acumulação de capital é a relação entre o investimento (ou acumulação) em bens de produção verificado em um ano e a produção ou renda nacional daquele ano. Quanto maior for essa taxa, ou seja, quanto maior for a produção e utilização de bens de capital em relação à produção total maior será o crescimento da própria produção. Em outras palavras, se a produção total em um ano for igual a 100 e a produção e utilização de bens de capital (investimento ou acumulação de capital) for igual a 25 o crescimento da produção deverá ser maior do que se o investimento for de apenas 15. E o motivo para isto é simples: bens de capital ou bens de produção são as máquinas, os tratores, as fábricas, as estradas, os caminhões, as usinas hidrelétricas são os bens destinados a produzir outros bens, são os bens de consumo os alimentos, os tecidos, os móveis, os eletrodomésticos, os medicamentos, as diversões. Estes bens são fundamentais para os trabalhadores, porque condicionam o seu padrão de vida, mas são consumidos imediatamente. Não aumentam a produção futura.

No Brasil a taxa de acumulação de capital já alcança perto de 23 por cento. É uma taxa já bastante razoável.

A capacidade de incorporação de progresso técnico é o segundo fator importante para determinar a taxa de aumento da produção, quando consideramos apenas os problemas do lado da própria produção. Não basta aumentar a capacidade produtiva. É preciso saber se as novas fábricas, as novas máquinas são cada vez mais eficientes, ou seja, são capazes de produzir cada vez mais com a mesma quantidade de trabalho. A forma de aumentar a produção por trabalhador (e, portanto a produção por habitante, que é mais ou menos proporcional) é incorporando progresso técnico à acumulação de capital, ou seja, é sendo mais eficiente, é utilizando máquinas cada vez mais produtivas

Se o Brasil investe 23 por cento de sua renda em máquinas antigas, em métodos de produção ultrapassados, a produção por trabalhador poderá aumentar muito pouco. Por exemplo, um ou dois por cento ao ano. Em contrapartida, se os investimentos incorporarem progressos técnicos, se as novas máquinas e os novos métodos de produção forem modernos e eficientes, a produção por trabalhador poderá alcançar 5 ou 6 por cento de aumento anual.

A incorporação de progresso técnico depende da existência de um Estado moderno de empresas bem organizadas, de técnicos (engenheiros, operários especializados) de boa qualidade. O Brasil já dispõe de tudo isso. Podemos, assim, copiar adaptando a tecnologia estrangeira, sem gastar muitos recursos. E podemos também desenvolver a nossa própria tecnologia nas áreas em que for necessário. Copiando e adaptando de forma criativa acabaremos alcançando uma relativa autonomia nesta área.

Ao nível da produção, portanto, considerada a economia brasileira em uma perspectiva de longo prazo, a situação é favorável. O país continua, sem dúvida, subdesenvolvido, marcado por desequilíbrios e contradições estruturais. O modelo de crescimento pode ser chamado de subdesenvolvimento industrializados. Mas o dinamismo e a vitalidade da economia brasileira são indiscutíveis.

Já ao nível da circulação, onde se situam os problemas financeiros nacionais, inclusive a inflação, e o eventual desequilíbrio cíclico ou de curto prazo entre a oferta e a demanda agregadas, a economia encontra-se em um período recessivo ou de crise. A crise não é dramática, não se transforma em desemprego aberto, em queda do nível de renda. Mas o certo é que a sendo por habitante, que tem potencial para crescer a cerca de 5% ao ano crescer a uma taxa de aproximadamente 2%.

No quadro de um processo cíclico de desenvolvimento, a economia brasileira enfrenta hoje dificuldade, apesar de haver alcançado uma boa taxa de acumulação de capital e de ter uma boa capacidade de incorporação de progresso técnico por quatro motivos: (1) porque o Brasil se endividou muito nos últimos anos; (2) porque a economia dos países desenvolvidos está em crise desde 1973; (3) porque a produção de bens de capital e de bens de consumo de luxo cresceu demais em relação à produção de bens de consumo dos trabalhadores; e (4) porque os trabalhadores (e também as classes médias constituídas pela baixa e a média tecnoburocracia e pelos pequenos empresários) estão muito insatisfeitos com a participação cada vez menor que vem tendo na renda nacional. A estes quatro motivos poderíamos e deveríamos acrescentar um quinto: (5) porque o Governo, sem apoio dos trabalhadores nem das classes médias, sente-se perplexo e desorientado e agrava a situação através de uma política econômica desastrada.

Mas é tolice imaginar que esta situação de crise vai durar para sempre. A maioria dos economistas de esquerda imagina que só é coerente quando prevê crise, estagnação permanente ou pelo menos estagnação relativa para o sistema capitalista. Ora, este tipo de visão não coincide com os interesses dos trabalhadores, já que para eles é muito mais importante uma perspectiva realista, que lhes permita agir, reivindicar, do que uma perspectiva “pessimista-otimista” (pessimista para o capitalismo, otimista para quem espera sua crise final a qualquer momento) sem base efetiva na realidade.

Vimos que o Brasil já tem condições para um processo de desenvolvimento a longo prazo: sua taxa de acumulação de capital e sua capacidade de incorporar progresso técnico são plenamente satisfatórias. As dificuldades a curto prazo que analisamos são grandes, mas mais importante é o movimento do ciclo econômico capitalista. E há indicações de que estaríamos em vias de reiniciar nova fase de expansão.

Já estamos há 4 anos com a economia em baixa. Se acreditamos que o desenvolvimento capitalista ocorre através de ciclos é fácil prever que uma nova fase de expansão se avizinha. O Governo deverá continuar a criar obstáculos durante algum tempo. As perspectivas do próprio Governo são de mais dois anos de restrições. Mas dificilmente conseguira impedir a recuperação ainda que parcial da economia. Ajustamentos deverão se realizar. Capital será destruído em alguns setores. Será necessário ampliar os mercados existentes com a incorporação de novos consumidores. Mas não é outra função dos sindicatos neste processo. Será necessário ao Governo ampliar seus investimentos nos grandes serviços urbanos (metrô, ônibus urbanos, águas e esgotos, urbanização), mas a pressão nesse sentido é muito grande.

Esta nova de expansão poderá ser tão injusta para com os trabalhadores quanto a de 1967 – 1973 ou poderá ser mais favorável. Dada a necessidade de ampliar mercado pode-se prever que poderá ser um pouco mais favorável para os trabalhadores que podem ser incorporados ao mercado de bens de consumo durável. Mas se os trabalhadores, e principalmente os trabalhadores não organizados das periferias das grandes cidades e do campo não se organizarem profissional e politicamente, os grandes beneficiados serão os capitalistas com grandes lucros e os altos tecnoburocratas com ordenados crescentes. Os

trabalhadores organizados talvez consigam algumas vantagens. E os trabalhadores não organizados ficarão esquecidos.(01/04)